

Ceran -  
Companhia  
Energética Rio das  
Antas

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes  
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -  
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office  
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil  
Caixa Postal 1420  
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil  
Telefone +55 (48) 3205-5300  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Conselheiros e aos diretores da  
Companhia Energética Rio das Antas  
Florianópolis - SC

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Rio das Antas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Rio das Antas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Divulgações de transações com partes relacionadas - Venda de energia elétrica

Veja a Nota Explicativa nº 8 às demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em função dos contratos de venda de energia elétrica serem celebrados com partes relacionadas, prática essa comum nesse mercado, as operações com essas empresas relacionadas podem ser realizadas em condições e termos diferentes desse mercado, especificamente quanto a preços praticados e quanto a quantidade de energia. As divulgações de que as transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes são feitas apenas se esses termos puderem ser efetivamente comprovados. Devido a esse fato, bem como à relevância dos valores envolvidos, consideramos a divulgação de transações com partes relacionadas um principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para divulgação das operações com partes relacionadas. Obtivemos a composição analítica das operações de venda de energia elétrica e confrontamos, com base em amostragem, as informações constantes nos contratos de venda de energia elétrica e faturas emitidas com os saldos registrados na contabilidade. Avaliamos se os preços de energia elétrica praticados com partes relacionadas estão de acordo com as condições de mercado comparando os referidos preços de energia elétrica praticados nos contratos com partes relacionadas no ambiente de contratação livre (ACL) com preços de energia elétrica praticados em contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR). Analisamos, também, a adequação das divulgações das transações com partes relacionadas incluídas na nota explicativa nº 8.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a divulgação das transações com partes relacionadas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. No decorrer da nossa auditoria não identificamos ajustes que tenham afetado a divulgação das transações com partes relacionadas.</p>

## Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 7 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC SC-000190/F-9

  
Claudio Henrique Damasceno Reis  
Contador CRC SC-024494/O-1

## Companhia Energética Rio das Antas

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31.12.2018	31.12.2017	Passivo	Notas	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e equivalentes de caixa	5	32.729	37.043	Fornecedores	12	6.862	8.397
Aplicações financeiras vinculadas	5	-	24.066	Debêntures	13	106.555	105.844
Contas a receber de concessionárias	6	34.346	32.157	Salários, provisões e contribuições sociais		837	686
Impostos e contribuições a recuperar	7	5.303	9.566	Uso do bem público (UBP)	14	11.570	10.965
Despesas pagas antecipadamente	9	7.643	7.656	Imposto de renda e contribuição social	15a	37.062	39.852
Outros créditos		345	78	Impostos a recolher	15b	3.188	2.228
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>80.366</b>	<b>110.566</b>	Encargos setoriais		5.691	3.546
Aplicações financeiras vinculadas	5	2.194	2.060	Dividendos	17c	74.718	27.106
Despesas pagas antecipadamente	9	3.617	10.852	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>246.483</b>	<b>198.624</b>
Impostos a recuperar	7	2.808	2.808	Debêntures	13	316.581	422.166
Outros créditos		7.666	6.177	Uso do bem público (UBP)	14	89.965	83.766
Imobilizado	10	758.074	799.986	Encargos setoriais		8.306	8.651
Intangível	11	25.032	26.562	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>414.852</b>	<b>514.583</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>799.391</b>	<b>848.445</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	17		
				Capital social		120.000	120.000
				Reservas de lucros		98.422	125.804
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>218.422</b>	<b>245.804</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>879.757</b>	<b>959.011</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>879.757</b>	<b>959.011</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia Energética Rio das Antas

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	31.12.2018	31.12.2017
<b>Receita operacional líquida</b>	18	324.345	315.319
<b>Custo dos serviços de energia elétrica</b>	19	<u>(127.454)</u>	<u>(140.397)</u>
<b>Resultado bruto</b>		<u>196.891</u>	<u>174.922</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Serviços de terceiros		(260)	(296)
Outros		<u>(41)</u>	<u>(1.767)</u>
		<u>(301)</u>	<u>(2.063)</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<u>196.590</u>	<u>172.859</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras	20	(55.697)	(44.831)
Receitas financeiras	20	<u>6.576</u>	<u>34.497</u>
		<u>(49.121)</u>	<u>(10.334)</u>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<u>147.469</u>	<u>162.525</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	21	<u>(48.239)</u>	<u>(54.099)</u>
<b>Resultado do exercício</b>		<u><u>99.230</u></u>	<u><u>108.426</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia Energética Rio das Antas

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

*(Em milhares de Reais)*

	31.12.2018	31.12.2017
Resultado do exercício	99.230	108.426
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>99.230</u></b>	<b><u>108.426</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia Energética Rio das Antas

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	
	Capital Social	Legal	Retenção			A destinar
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>470.875</u>	<u>28.897</u>	<u>601</u>	<u>253.113</u>	<u>-</u>	<u>753.486</u>
Redução de reserva de lucros e retenção	-	-	(601)	(237.526)	-	(238.127)
Redução de capital	(350.875)	-	-	-	-	(350.875)
Redução de reserva legal	-	(4.897)	-	4.897	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	108.426	108.426
Destinações:						
Dividendos propostos	-	-	-	-	(27.106)	(27.106)
Lucros a disposição da assembleia	-	-	-	81.320	(81.320)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>120.000</u>	<u>24.000</u>	<u>-</u>	<u>101.804</u>	<u>-</u>	<u>245.804</u>
Destinação para reserva de retenção	-	-	81.320	(81.320)	-	-
Distribuição de reservas de lucros	-	-	(81.320)	(20.484)	-	(101.804)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	99.230	99.230
Destinações:						
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(24.808)	(24.808)
Lucros à disposição da assembleia	-	-	-	74.422	(74.422)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>120.000</u>	<u>24.000</u>	<u>-</u>	<u>74.422</u>	<u>-</u>	<u>218.422</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia Energética Rio das Antas

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31.12.2018	31.12.2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	147.469	162.525
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	47.604	47.691
Juros e variação monetária com empréstimos, financiamentos e debêntures	35.870	30.983
Juros e variação monetária com UBP	17.759	8.048
Alienação de ativo Imobilizado	85	2.100
Atualização de Selic de PeD	272	499
Apropriação de despesa antecipada	7.234	7.234
Custos de captação incorporados ao resultado	416	-
	<u>256.709</u>	<u>259.080</u>
Redução (aumento) nos ativos e passivos:		
Contas a receber	(2.189)	(502)
Despesas pagas antecipadamente	14	53
Impostos e contribuições sociais a recuperar	4.263	(3.295)
Outros créditos	(1.756)	(1.593)
Fornecedores	(1.535)	(1.235)
Outras contas a pagar	1.528	2.635
Salários, provisões e contribuições sociais	151	-
Impostos e contribuições sociais a recolher	(7.863)	(3.458)
	<u>249.322</u>	<u>251.685</u>
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<u>249.322</u>	<u>251.685</u>
Juros pagos por empréstimos	(35.160)	(42.696)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42.206)	(13.599)
	<u>171.956</u>	<u>195.390</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>171.956</u>	<u>195.390</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(4.247)	(2.025)
	<u>(4.247)</u>	<u>(2.025)</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<u>(4.247)</u>	<u>(2.025)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamento de empréstimos e debêntures	(106.000)	(302.879)
Pagamento de dividendos	(79.000)	(26.207)
Pagamento de lucros de exercícios anteriores	-	(238.127)
Captação de debêntures	-	530.000
Pagamentos de custos de captação	-	(2.292)
Redução de capital	-	(350.875)
Aplicações financeiras vinculadas	23.932	6.614
Pagamento de UBP	(10.955)	(10.797)
	<u>(172.023)</u>	<u>(394.563)</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<u>(172.023)</u>	<u>(394.563)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(4.314)	(201.198)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	37.043	238.241
	<u>32.729</u>	<u>37.043</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>32.729</u>	<u>37.043</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

#### **a. A companhia**

A CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, constituída em 11 de janeiro de 2001, que tem por objeto a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos nas usinas Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho ("Usinas") e a exploração de atividades correlatas e auxiliares à implantação e exploração desses aproveitamentos e respectivas instalações, observadas as normas regulamentares aplicáveis.

A Companhia detém a concessão para exploração do potencial energético das Usinas até 15 de março de 2036, podendo ser prorrogada por mais 35 anos, conforme Contrato de Concessão nº 8, de 15 de março de 2001, outorgado pela União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As Usinas localizam-se nos municípios de Bento Gonçalves, Cotiporã, Veranópolis, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, Antônio Prado, Pinto Bandeira e Flores da Cunha, todos no Rio Grande do Sul, com uma potência instalada total de 360MW.

Do total investido na implantação das Usinas, 35% foi financiado com recursos dos acionistas e 65% com recursos do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e de seus agentes financeiros. O financiamento junto ao BNDES foi liquidado em dezembro de 2017.

A Usina Hidrelétrica ("UHE") Monte Claro iniciou a operação comercial de fornecimento de energia em 29 de dezembro de 2004 com a primeira unidade geradora e em 29 de novembro de 2006 com a segunda unidade geradora. A UHE Castro Alves iniciou a operação comercial em 04 de março de 2008 com a primeira unidade geradora, em 02 de abril de 2008 com a segunda unidade geradora e em 06 de junho de 2008 com a terceira unidade geradora. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial em 25 de dezembro de 2008 com a primeira unidade geradora e em 12 de março de 2009 com a segunda unidade geradora. A energia assegurada da UHE Monte Claro é de 59 MWh, da UHE Castro Alves é de 64 MWh e da UHE 14 de Julho é de 50 MWh.

No decorrer de 2002 e de 2003 foram firmados contratos de fornecimento de energia elétrica (PPAs) com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT e com empresas do grupo CPFL. O contrato com a CEEE-GT encerrou em 07/07/2015 e esta energia foi contratada com terceiros no ambiente de regulação livre (CCEALs - Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre) em 2015. Em 2005, parte da energia assegurada das Usinas foi vendida em Leilão para fornecimento a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos CCEARs (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado). Os contratos PPAs, CCEARs e CCEALs garantem a colocação no mercado da totalidade da energia assegurada das usinas integrantes do Complexo Energético Rio das Antas ("Complexo Ceran"). Os contratos com as empresas do Grupo CPFL terminam entre 2027 e 2036 e os CCEARs terminam em 2036. Tais contratos encontram-se devidamente homologados/registrados pela ANEEL e CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, segundo normativos vigentes para o Setor Elétrico Brasileiro.

### ***Alteração da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH***

Em decorrência de alteração da alíquota da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, efetuada através do Artigo 3º, da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016, na qual a alíquota foi alterada de 6,75% para 7%, a Companhia pleiteou junto à ANEEL que essa alteração fosse incorporada aos preços base dos contratos de compra e venda de energia.

A ANEEL, através do Despacho nº 674, de 27 de março de 2018 anuiu à apresentação dos aditivos contratuais das Empresas do Grupo CPFL de forma a incorporar nos preços base dos contratos de compra e venda de energia, firmados no ambiente de contratação regulada, a alteração da alíquota.

A ANEEL, através do Despacho nº 1.487, de 04 de julho de 2018, aprovou os preços que constam dos Termos Aditivos aos Contratos de Comercialização de Energia anteriores a 2003 - CCE2003. A partir do mês de competência julho de 2018 a Companhia passou a faturar seus clientes pelo novo preço e no mês de competência setembro de 2018 foram faturados os valores retroativos, referentes ao período de novembro de 2016 a junho de 2018. O efeito dos impostos incidentes foi considerado de forma retroativa, nas suas respectivas obrigações acessórias, os impactos financeiros estão detalhados nas notas explicativas 7, 18 e 19.

### ***Contrato de concessão***

O Contrato de Concessão, assinado em 15 de março de 2001, determina que a energia elétrica produzida no empreendimento seja utilizada ou comercializada pela Companhia, com vigência por prazo de 35 anos contados a partir dessa data. O Contrato de Concessão determina que seja pago, a título de uso do bem público - UBP (concessão onerosa), do 7º ao 35º ano de concessão, o valor anual original na data do contrato de R\$ 3.200, o qual são atualizados anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e reconhecidos a valor presente. Os valores vêm sendo pagos mensalmente, desde abril de 2007.

## **b. Capital circulante líquido**

Em 31 de dezembro de 2018, em função das transações ocorridas em 2017 de liquidação antecipada dos empréstimos e financiamentos do BNDES, captação de debêntures (nota explicativa nº 13), distribuição de reservas de lucros (nota explicativa nº 17), a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 166.117 (R\$ 88.058 em 31 de dezembro de 2017). Como demonstrado na demonstração de fluxo de caixa do exercício de 2018, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$171.956, dessa forma, conforme estimativas da Administração, essa situação será solucionada normalmente através da geração futura de caixa.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração e conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 07 de fevereiro de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas no item (d) desta nota explicativa.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas que estão a valor justo.

**c. Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Mudança das práticas contábeis**

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1 de janeiro de 2018. Uma série de outras normas também entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

**(i) CPC 47 - Receita de contrato com cliente**

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 Receitas, o CPC 17 Contratos de Construção e interpretações relacionadas. A partir da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a reconhecer as receitas de venda de energia considerando cinco passos: i) identificação do contrato com cliente; ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumpriu as obrigações de desempenho.

Essas alterações não resultaram em efeitos materiais no reconhecimento da receita de venda de energia, bem como, nas demonstrações financeiras.

**(ii) CPC 48 - Instrumentos financeiros**

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 seriam reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

• **Classificação e mensuração -Ativos e passivos financeiros**

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com a norma é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixas contratuais. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia, apenas na classificação, conforme demonstrado abaixo:

R\$ mil	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	Saldo em 01/01/2018
<b>Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	133
Aplicações financeiras	VJR (*)	VJR (*)	36.910
Contas a receber de concessionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	32.157
Aplicações financeiras vinculadas	VJR (*)	VJR (*)	26.126
<b>Total de ativos financeiros</b>			95.326
<b>Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>			
Debêntures	Outros passivos	Custo amortizado	528.010
Uso do Bem Público (UBP)	Outros passivos	Custo amortizado	94.731
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado	8.397
Dividendos	Outros passivos	Custo amortizado	27.106
<b>Total de passivos financeiros</b>			658.244

(\*) Valor justo por meio do resultado

### 3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

#### a. Instrumentos financeiros

##### (i) *Reconhecimento e mensuração inicial:*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### (ii) *Classificação e mensuração subsequente: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)***

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

***Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)***

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)***

*Ativos financeiros a VJR:* Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

*Ativos financeiros a custo amortizado:* Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

**(iii) *Desreconhecimento***

***Ativos financeiros***

A Companhia desreconhe um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

***Passivos financeiros***

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são

modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) *Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(v) *Instrumentos financeiros derivativos***

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

**b. *Contas a receber***

As contas a receber correspondem aos valores a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Nos valores a receber não estão inclusos encargos ou efeitos inflacionários, somente o preço acordado pela energia vendida.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui perdas materiais sobre os recebíveis de clientes.

**c. *Imobilizado***

**(i) *Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

**(ii) *Custos subsequentes***

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iii) Depreciação**

As taxas utilizadas para depreciação do ativo imobilizado estão de acordo com a Resolução Normativa no 674/15, emitida pela ANEEL, sendo aplicadas a partir de 1o de janeiro de 2015, limitadas ao prazo do contrato de concessão.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	<u>Anos (após a revisão da estimativa contábil)</u>
Terrenos	23
Reservatórios, barragens e adutoras	23
Edificações, obras civis e benfeitorias	23
Máquinas e equipamentos	23
Veículos	5
Móveis e utensílios	10

**d. Intangível**

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é a contraprestação de pagamentos para a União a título de uso do bem público - UBP. O registro desta obrigação teve como contrapartida a conta do ativo intangível. O prazo de amortização será do 7º ao 35º ano de concessão.

**e. Redução ao valor recuperável (Impairment)**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia deve presumir que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, parte substancial do seu contas a receber são com partes relacionadas, que tem compromissos de não deixar a Companhia sem recursos para pagar suas despesas operacionais e o serviço da dívida. Tais

obrigações estão dispostas no Acordo de Acionistas. O saldo remanescente do constas a receber, refere-se a recebíveis dos contratos de venda de energia no ambiente regulado e ambiente livre, os quais, também não possuem histórico de inadimplência.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

***Mensuração das perdas de crédito esperadas***

As perdas de crédito esperadas devem ser estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito devem ser mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas devem ser descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

***Ativos financeiros com problemas de recuperação***

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado deve ser deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

***Baixa***

O valor contábil bruto de um ativo financeiro deve ser baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia deve adotar a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia deve fazer uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não deve esperar nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

**(ii) *Ativos não financeiros***

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são

descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Companhia não identificou nenhum indicador para ativos não financeiros com vida útil definida para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

**f. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

**g. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**h. Uso do Bem Público (UBP)**

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

**i. Encargos setoriais**

Estão contabilizados como custos dos serviços de energia elétrica, e são apurados pelo regime de competência.

**j. Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D**

Em conformidade com a Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, e o art. 12 da Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, dentre outras, devem aplicar, anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - Programa de P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL

**k. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos**

A compensação financeira, instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1o, e regulamentada pela Lei no 7.990/1989, corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. A Resolução ANEEL no 67, de 22 de fevereiro de 2001 determinou que o valor a ser recolhido mensalmente corresponda a 6,75% da energia produzida no mês multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela ANEEL, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenha áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União. Em 17 de novembro de 2016, através da Lei 13.360, Artigo 3º, esse percentual foi alterado para 7%.

**l. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

**m. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**n. Receitas de venda de energia elétrica**

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Power Purchase Agreement - PPA e de Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado - CCEAR, assim como através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - CCEAL. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

**o. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo e debêntures que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**p. Normas novas e interpretações**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia e não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

**(i) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019**

*CPC 06 (R2) Arrendamentos*

A referida norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia não espera impacto material na adoção dessa norma a partir de 1º de janeiro de 2019.

**(ii) Outras normas**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.

**4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das Demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Os efeitos das revisões das estimativas são reconhecidos prospectivamente.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer futuros afetados.

**5 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas**

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	78	133
Aplicações financeiras livres:		
Certificados de depósito bancário pós-fixado (i)	32.651	36.910
Total de Caixa e equivalentes de caixa	32.729	37.043
Aplicações financeiras vinculadas - circulante:		
Certificados de depósito bancário pós-fixado (i)	-	24.066
Aplicações financeiras vinculadas - não circulante:		
Certificados de depósito bancário pós-fixado - conta-reserva (ii)	2.194	2.060

(i) Os Certificados de Depósito Bancário são remunerados à taxas que variam entre 90% a 101% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

(ii) Refere-se a aplicação financeira em CDI exigida para termo aditivo de garantia nas operações Contrato de Constituição de Garantias (CCG)/Operador Nacional de Sistema Elétrico (ONS).

## 6 Contas a receber de Concessionárias

	31/12/2018	31/12/2017
Companhia Paulista de Força e Luz	9.810	9.213
Companhia Piratininga de Força e Luz	5.237	4.479
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	311	285
CPFL Comercialização Brasil S.A.	8.260	8.038
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	18
Rio Grande Energia	5	5
Outros Clientes (Edital de Leilão nº. 002/2005-ANEEL e contratações no ambiente livre)	<u>10.723</u>	<u>10.119</u>
	<u><u>34.346</u></u>	<u><u>32.157</u></u>

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia não apresenta atrasos e não possui histórico de inadimplência. Dessa forma, não há títulos provisionados como provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2018 de acordo com as políticas da Companhia.

## 7 Impostos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.883	9.124
PIS (b)	551	78
COFINS (b)	2.852	358
Contribuição Social Retida na Fonte	<u>17</u>	<u>6</u>
Circulante	<u><u>5.303</u></u>	<u><u>9.566</u></u>
ICMS (a)	<u>2.808</u>	<u>2.808</u>
Não Circulante	<u><u>2.808</u></u>	<u><u>2.808</u></u>

- (a) A Companhia possui créditos fiscais de ICMS no valor de R\$ 3.292 que foram originados das operações de compra de equipamentos, apresentados no ativo não circulante líquidos da provisão para deságio no montante de R\$ 484. Esses créditos poderão ser realizados, após a homologação do Estado, através de transferências em favor de estabelecimentos fornecedores ou de concessionárias fornecedores de energia elétrica estabelecidos no Estado do Rio Grande do Sul, observados os limites do disposto no artigo nº. 59 do Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul.
- (b) O reconhecimento da retroatividade por conta de alteração do preço de venda, referente à CFURH (Nota 1) gerou um crédito de PIS de R\$ 1.733 e de COFINS de R\$ 8.000, a recuperar, referente ao regime cumulativo. Os referidos créditos estão sendo compensados pela Companhia mensalmente.

## 8 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, estão apresentadas no quadro abaixo e foram realizadas em condições normais de mercado entre as partes para os respectivos tipos de operações.

A remuneração total do pessoal-chave da administração, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 125 (R\$ 122 em 31 de dezembro de 2017).

	Ativo		Resultado			
	Contas a receber de Concessionárias		Venda de energia		Despesas	
	31 de dezembro o 2018	31 de dezembro o 2017	31 de dezembro o 2018	31 de dezembro o 2017	31 de dezembro o de 2018	31 de dezembro o de 2017
Empresas do Grupo CPFL (*)	23.311	21.753	269.587	244.117	841	1.445
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	311	285	2.521	2.442	-	-
Central de Serviços Compartilhados S.A. (**)	-	-	-	-	1.827	1.756
Total	23.622	22.038	272.108	246.559	2.668	3.201

(\*) Companhia Paulista de Força e Luz; Companhia Piratininga de Força e Luz; CPFL Comercialização Brasil S.A.; Rio Grande Energia.

(\*\*) Prestação de serviços contábeis, financeiros a administrativos.

## 9 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios de seguros	409	422
Repactuação do Risco Hidrológico	7.234	7.234
Circulante	7.643	7.656
Repactuação do Risco Hidrológico - Não Circulante	3.617	10.852

### Repactuação do Risco Hidrológico

Em dezembro de 2015, a Companhia aderiu a repactuação do risco hidrológico, conforme condições estabelecidas na Lei nº. 13.203, de 8 de dezembro de 2015 e na Resolução Normativa Aneel nº. 684 de 11 de dezembro de 2015.

A repactuação do risco hidrológico se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor mediante pagamento de prêmio de risco pelos geradores hídricos de R\$ 9,50/MWh até o final dos contratos de venda de energia. O pagamento deste prêmio e a transferência do GSF terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Para a parcela risco hidrológico relativa ao ACL, o risco será mitigado pela compra de Energia de Reserva, com os direitos e obrigações associados a esta aquisição assumido pelos geradores hídricos. Neste caso o aporte de prêmio de risco ao preço foi de 10,50/MWh e receita da energia adquirida será na Conta de Energia de Reserva (CONER).

Em decorrência da repactuação, o prêmio pago antecipadamente do GSF no exercício de 2015 foi de R\$ 9.218 e no período de janeiro a abril de 2016 foi de R\$ 38.394, contabilizado em Despesas Pagas Antecipadamente. Os valores contabilizados serão ressarcidos líquido do prêmio em 54 parcelas a partir de janeiro de 2016. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado no ativo despesas pagas antecipadamente a título de prêmio de risco hidrológico no montante de R\$ 10.851 (R\$ 7.234 no ativo circulante e R\$ 3.617 no ativo não circulante). O montante apropriado para o resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 7.234.

## 10 Imobilizado

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Em 31 de dezembro 2016	18.538	324.884	227.007	275.660	67	109	-	846.265
Adições	-	-	-	-	-	-	2.025	2.025
Baixas	-	-	-	-	-	-	(2.100)	(2.100)
Transferência para serviço	-	276	60	817	71	7	(1.231)	-
Reclassificação (*)	-	-	-	(2437)	-	-	2.437	-
Reclassificação para o Intangível (**)	-	-	-	-	-	-	(84)	(84)
Depreciação	(964)	(17.124)	(12.463)	(15.491)	(26)	(52)	-	(46.120)
Em 31 de dezembro 2017	17.574	308.036	214.604	258.549	112	64	1047	799.986
Adições	-	-	-	-	-	-	4.245	4.245
Baixas	-	-	-	-	(85)	-	-	(85)
Transferência para serviço	-	822	308	3.204	-	31	(4.365)	-
Depreciação	(964)	(17.155)	(12.479)	(15.466)	42	(50)	-	(46.072)
Em 31 de dezembro de 2018	16.610	291.703	202.433	246.287	69	45	927	758.074
Taxa de depreciação - % a.a.	4,5	4,5	4,5	4,5	14	11	-	
Em 31 de dezembro de 2018								
Custo	26.127	464.676	338.805	411.350	181	868	927	1.242.934
Depreciação acumulada	(9.517)	(172.973)	(136.372)	(165.063)	(112)	(823)	-	(484.860)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2018	16.610	291.703	202.433	246.287	69	45	927	758.074

(\*) Material sobressalente de manutenção lançado ao resultado.

(\*\*) Transferência para o ativo intangível (licenças).

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de *impairment*, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2018, a administração não identificou a existência de indicativos sobre a necessidade de constituição de provisão.

Conforme artigos nº. 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações são vinculados aos serviços de energia elétrica, e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº. 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## 11 Intangível

	<b>Uso do Bem Público</b>	<b>Licenças de Uso de Softwares e Outros</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	27.324	725	28.049
Adições	-	84	84
Amortização	(1.420)	(151)	(1.571)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	25.904	658	26.562
Adições	-	2	2
Amortização	(1.419)	(113)	(1.532)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24.485	547	25.032

Os valores referentes ao Uso do Bem Público - UBP referem-se ao registro da obrigação mencionada nas notas explicativas 1 e 14 e são amortizados linearmente pelo período da concessão que se encerra em maio de 2036. O montante foi apurado no início do período de concessão considerando a obrigação até o final da concessão em contrapartida do passivo circulante e não circulante, descontada a valor presente pela taxa média de captação dos financiamentos. Os valores da amortização de UBP estão contabilizados no resultado em Despesas Operacionais.

O ativo intangível é analisado em conjunto com o ativo imobilizado para verificar a existência de indicativos de *impairment*, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2018, a administração não identificou a existência de indicativos sobre a necessidade de constituição de provisão.

## 12 Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto pelos seguintes grupos:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Compra de energia elétrica	3.891	5.409
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	1.993	1.977
Materiais e Serviços	978	1.011
<b>Total</b>	<b>6.862</b>	<b>8.397</b>

## 13 Debêntures

	<b>Encargos</b>	<b>Vencimento</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
1ª série	107,75% da taxa DI	Dezembro de 2020	212.507	318.181
2ª série	107,75% da taxa DI	Dezembro de 2022	212.507	212.121
(-) Gastos com emissão			(1.878)	(2.292)
			423.136	528.010
Circulante			106.555	105.844
Não Circulante			316.581	422.166

Foi aprovada em AGE realizada em 27 de novembro de 2017 a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, no montante de R\$ 530.000, divididas em duas séries: sendo 318.000 debêntures da primeira série e 212.000 debêntures da segunda série. O vencimento das debêntures da primeira série ocorrerá em 15 de dezembro de 2020 e da segunda série em 15 de dezembro de 2022.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, como segue:

Manter o Índice Financeiro (Dívida Financeira Líquida/ EBITDA), verificado semestralmente, menor ou igual a 3,0 vezes, a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017. Será caracterizado como vencimento antecipado nos casos de não atingimento por 2 (duas) vezes consecutivas. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia atingiu os referidos índices.

As debêntures serão remuneradas à taxa de 107,75% da variação da Taxa DI e o pagamento da remuneração será semestral, sendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2018.

A amortização do valor principal ocorrerá anualmente, em três parcelas anuais e consecutivas para a primeira série, com início em 15 de dezembro de 2018 e duas parcelas anuais e consecutivas e para a segunda série, com início em 15 de dezembro de 2021.

Os recursos oriundos das debêntures ingressaram no caixa da Companhia em 27 de dezembro de 2017. Abaixo a movimentação das debêntures em 31 de dezembro de 2018:

	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>
Captação em 27 de dezembro de 2017	-	530.000	530.000
Encargos	302	-	302
Gastos com emissão	-	(2.292)	(2.292)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>302</u>	<u>527.708</u>	<u>528.010</u>
Custos de captação incorporados ao resultado	-	416	416
Encargos	35.870	-	35.870
Amortização	(35.160)	(106.000)	(141.160)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>1.012</u>	<u>422.124</u>	<u>423.136</u>

## 14 Uso do bem público - UBP

	31/12/2018	31/12/2017
Parcela do Circulante	11.570	10.965
Parcela do Não Circulante	89.965	83.766
Total	<u>101.535</u>	<u>94.731</u>

### **Compromisso com o Poder Concedente - Decorrente do direito de outorga fixo**

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente. O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até 2036, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M em fevereiro de cada ano (valor anual de R\$ 3.200 na base outubro/2000). O cálculo do valor foi efetuado considerando-se a variação do IGP-M, e o ajuste a valor presente foi efetuado com base na taxa de desconto de 9,64%.

## 15 Impostos e contribuições a recolher

### a. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	28.032	31.586
Contribuição Social	9.030	8.266
Total	<u>37.062</u>	<u>39.852</u>

### b. Impostos a recolher

	31/12/2018	31/12/2017
COFINS	2.484	1.735
PIS	537	373
Impostos retidos de terceiros	167	120
Total	<u>3.188</u>	<u>2.228</u>

## 16 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Não há processos que configurem contingências prováveis, de acordo com a estimativa de perda da Administração da Companhia, que vem suportada pela avaliação constante dos relatórios dos consultores jurídicos da Companhia. No processo de análise das causas efetuado pela Administração da Companhia e seus consultores jurídicos foi considerada a real configuração de contingência, assim como foi avaliado o risco financeiro envolvido.

### Perdas possíveis, não provisionadas

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Tributária (a)	17.262	12.912
Cível (b)	76.386	69.863
Trabalhista	7.891	6.898
	101.539	89.673

- (a) Refere-se aos questionamentos dos pedidos de compensação (PER/DCOMP), apresentados à Secretaria da Receita Federal do Brasil, visando à compensação de débitos de PIS e COFINS de diversos períodos, em decorrência de alteração no regime de tributação do PIS e COFINS, anteriormente efetuado pela não cumulatividade, sendo passado para cumulatividade.
- (b) Do valor total de ações cíveis possíveis, R\$76.305 refere-se à ação movida por empresa participante da execução das obras civis. Esta cobra diferenças supostamente devidas pela Companhia, alegando que executou volume de serviços superiores aos efetivamente recebidos e contratados inicialmente.

## 17 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o capital social é de R\$ 120.000, totalmente subscrito e integralizado, representado por ações ordinárias e nominativas, e sua composição é como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
CPFL Geração de Energia S.A.	78.000	78.000
CEEE GT-RS Companhia Estadual de Geração de Energia	36.000	36.000
Statkraft Energias Renováveis S.A.	6.000	6.000
Total	120.000	120.000

### b. Reservas de lucros

#### *Legal*

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Com a redução do capital social, ocorrida no exercício de 2017, a reserva legal foi reduzida para

R\$ 24.000, para se adequar ao limite de 20% do capital social. O limite de 20% de reserva legal foi atingido em 2017 e não houve constituição de reserva.

**Retenção**

A reserva de retenção de lucros é formada pelo saldo remanescente das movimentações patrimoniais.

Em Assembleia Geral Extraordinária datada de 21 de junho de 2018, deliberou-se pela distribuição de lucros de exercícios anteriores no montante de R\$ 101.804, sendo R\$ 81.320 da reserva de retenção de lucros e R\$ 20.484 da reserva de lucros a destinar, conforme disponibilidade de caixa da Companhia. Desse montante, foi efetuado o pagamento aos acionistas no valor de R\$ 37.893 em 28 de junho de 2018 e R\$ 14.000 em 17 de dezembro de 2018.

**A destinar**

Refere-se à parcela do lucro do exercício de 2018 excedente ao dividendo mínimo obrigatório à disposição da Assembleia.

Em Assembleia Geral Ordinária datada de 30 de abril de 2018, deliberou-se a destinação do montante de R\$81.320 para reserva de retenção com a finalidade de adequar os recursos da Companhia ao orçamento de 2018.

**e. Dividendos**

Aos acionistas será assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Lucro líquido do exercício	99.230	108.426
Constituição da reserva legal (5%)	-	-
Base de cálculo dos dividendos	99.230	108.426
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	24.808	27.106

Abaixo a movimentação dos dividendos em 31 de dezembro de 2018:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	27.106
Destinação de reserva de lucros	101.804
Pagamento dividendos mínimos obrigatórios	(27.106)
Pagamento distribuição de reservas de lucros	(51.894)
Dividendos mínimos propostos 2018	24.808
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	74.718

## 18 Receita operacional líquida

A composição da receita operacional líquida é como segue:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Receita operacional bruta</b>		
Suprimento de energia elétrica (a)	382.912	348.875
Outras receitas e rendas	<u>53</u>	<u>-</u>
<b>Total de receita bruta</b>	<b><u>382.965</u></b>	<b><u>348.875</u></b>
PIS (a)	(8.095)	(4.116)
COFINS (a)	(37.273)	(18.968)
Pesquisa e desenvolvimento	(3.387)	(3.159)
Taxa de Fiscalização	(921)	(920)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	<u>(8.944)</u>	<u>(6.393)</u>
<b>Total de Deduções</b>	<b><u>(58.620)</u></b>	<b><u>(33.556)</u></b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b><u>324.345</u></b>	<b><u>315.319</u></b>

- (a) O faturamento complementar de preço em decorrência dos efeitos da alteração de preços por conta da CFURH (Nota 1) foi de R\$ 16.534. O efeito no PIS foi de R\$ 2.924 e na COFINS foi de R\$ 13.524. Esse efeito nos impostos considera o faturamento complementar, a retroatividade da mudança do regime cumulativo para não cumulativo e a recuperação do pagamento a maior no regime da cumulatividade.

## 19 Custo dos serviços de energia elétrica

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Custo de energia comprada (a)	(37.186)	(45.872)
Encargos setoriais - CUST (a)	(19.915)	(21.520)
Pessoal	(7.040)	(6.782)
Material	(1.803)	(2.965)
Serviços de terceiros	(9.817)	(9.478)
Repactuação do risco hidrológico	(7.234)	(7.234)
Outros	(3.152)	(2.905)
Depreciação e Amortização	(47.604)	(46.120)
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação (a)	<u>6.297</u>	<u>2.479</u>
	<b><u>(127.454)</u></b>	<b><u>(140.397)</u></b>

- (a) O reconhecimento da retroatividade por conta de alteração do preço de venda, referente à CFURH (Nota 1) gerou um aproveitamento de créditos, impactando o Custo de energia comprada em R\$ 2.504, Encargos setoriais - CUST em R\$ R\$ 1.588 e Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação em R\$ 3.188.

## 20 Resultado financeiro

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros	(35.870)	(29.058)
Variações monetárias de empréstimos	-	(6.553)
Encargos sobre Uso do Bem Público - UBP	(17.759)	(8.048)
Outros	(2.068)	(1.172)
	<u>(55.697)</u>	<u>(44.831)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicações financeiras	5.870	29.047
Variações monetárias de empréstimos	-	4.629
Outros	706	821
	<u>6.576</u>	<u>34.497</u>
	<u>(49.121)</u>	<u>(10.334)</u>

## 21 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	147.469	162.525
Alíquota nominal (IR de 25% e CS de 9%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais	(50.140)	(55.259)
Efeito dos impostos sobre:		
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.901	1.160
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(48.239)	(54.099)
Corrente	(48.239)	(54.099)
Alíquota efetiva	33%	33%

## 22 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e os impactos.

## 22.1 Fatores de risco

### a. *Risco de mercado*

#### (i) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do CDI e os contratos de debêntures são de longo prazo contratados com instituições financeiras, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Instrumentos de taxa variável	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Aplicações financeiras (nota 5)	32.651	36.910
Aplicações financeiras vinculadas (nota 5)	2.194	26.126
Debêntures (nota 13)	(423.136)	(530.302)
Uso do Bem Público (UBP) (nota 14)	(101.535)	(94.731)

#### (ii) *Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras, debêntures e uso do bem público (UBP) sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2018 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (fonte: Relatório Focus - Banco Central do Brasil) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previstos para 31 de dezembro de 2018. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável para 31 de dezembro de 2019.

	Exposição R\$	Risco	%	Provável	Possível (+/- 25%)	Remoto (+/- 50%)
Aplicações financeiras (nota 5)	32.651	Baixa CDI	6,50	2.122	1.592	1.061
Aplicações financeiras vinculadas (nota 5)	2.194	Baixa CDI	6,50	143	107	71
Debêntures (nota 13)	423.136	Alta CDI	6,50	27.504	34.380	41.256
Uso do Bem Público (UBP) (nota 14)	101.535	Alta IGPM	4,17	4.234	5.293	6.351

#### (iii) *Risco de preço no fornecimento de energia*

A Companhia está exposta aos efeitos de oscilação de preços no fornecimento de energia em função de variáveis de mercado, tais como níveis de águas nos reservatórios, demanda por geração de termelétricas, sazonalização, dentre outros. Com isso, a Companhia pode recorrer ao mercado de energia de curto prazo para suprir as necessidades.

**b. Risco de crédito**

Conforme descrito na Nota 6, a Companhia não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<b>31 de dezembro 2018</b>	<b>31 de dezembro 2017</b>
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	32.729	37.043
Contas a receber de concessionárias (nota 6)	34.346	32.157
Aplicações financeiras vinculadas (nota 5)	2.194	26.126
	69.269	95.326

A Companhia não possui risco de crédito por região geográfica, pois todos os seus clientes estão localizados no Brasil. Também não possui risco de crédito por tipo de contra parte, pois os principais clientes são acionistas e suas atividades são reguladas. As aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

**c. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

<b>Passivos financeiros não derivativos</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>6 meses ou menos</b>	<b>6 a 12 meses</b>	<b>1 a 2 anos</b>	<b>2 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>
Debêntures (nota 13)	423.136	-	116.031	128.000	179.105	-
Fornecedores (nota 12)	6.862	6.862	-	-	-	-
Uso do Bem Público (UBP) (nota 14)	101.535	5.785	5.785	23.140	34.710	32.115
	531.533	12.647	121.816	151.140	213.815	32.115

**22.2 Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 podem ser assim sumarizados:

	<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>31 de dezembro 2017</b>
Total dos empréstimos e debêntures (Notas 13)	423.136	528.010
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	<u>(32.729)</u>	<u>(37.043)</u>
Dívida líquida	<u>390.407</u>	<u>490.967</u>
Total do patrimônio líquido	<u>218.423</u>	<u>245.804</u>
Total do capital	<u><u>608.830</u></u>	<u><u>736.771</u></u>
Índice de alavancagem financeira - %	64	67

## 23 Instrumentos financeiros por categoria

O efeito da aplicação inicial do CPC 48 nos instrumentos financeiros da Companhia está descrito na Nota explicativa 2 (d).

### a. Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

<b>Ativos financeiros mensurados a valor justo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2018</b>		<b>31/12/2017</b>	
		<b>Valor</b>	<b>Hierarquia</b>	<b>Valor</b>	<b>Hierarquia</b>
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	5	32.651	Nível 2	36.910	Nível 2
Aplicações financeiras vinculadas	5	<u>2.194</u>	Nível 2	<u>26.126</u>	Nível 2
		<u><u>34.845</u></u>		<u><u>63.036</u></u>	

(\*) Essas aplicações financeiras são classificadas como Valor Justo por Meio de Resultado - VJR, em virtude de sua taxa de remuneração ser baseada na variação do CDI, não há alterações significativas entre o valor apresentado e o seu valor justo.

<b>Ativos financeiros não mensurados a valor justo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<u>Custo amortizado:</u>			
Caixa e equivalentes de caixa - Depósitos a vista	5	78	133
Contas a receber de partes relacionadas	6	34.346	32.157
		34.424	32.290
<b>Passivos financeiros não mensurados a valor justo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<u>Custo amortizado:</u>			
Fornecedores	12	6.862	8.397
Debêntures	13	423.136	528.010
Uso do bem público	14	101.535	94.731
Dividendos	17c	74.718	27.106
		606.251	658.244

*Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros*

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.